

4

1 Ata da Assembleia Geral Ordinária do Conselho Municipal do Idoso – CMI, realizada ao
2 décimo sétimo dia do mês de Novembro de 2015, às nove horas na Casa de Participação
3 Comunitária, situada na Rua Rei Alberto I número 119, no bairro da Ponta Praia, em
4 Santos/SP, com a participação dos conselheiros para deliberar a seguinte ordem do dia: **Item**
5 **1)** Apreciação e deliberação da Ata do mês de Outubro de 2015; **Item 2)** Informes da
6 Diretoria; **Item 3)** Deliberação sobre o procedimento de utilização do recurso financeiro do
7 Fundo Municipal do Idoso; **Item 4)** Informes das Câmaras; **Item 5)** Assuntos Gerais. O vice-
8 presidente Devanir Paz inicia a assembleia dando boas vindas a todos justificando a
9 ausência da presidente Eliza Montrezol que por motivo de saúde de um membro da família
10 não pode comparecer a Assembleia. **Item 1)** Apreciação e deliberação da Ata do mês de
11 Outubro de 2015: ata aprovada. **Item 2)** Informes da Diretoria: A 1ª secretária Maria
12 Aparecida informa sobre os trabalhos realizados pela Diretoria com relação as fiscalizações
13 encaminhadas pela Promotoria do Idoso, de outubro até a presente data. Foram feitas visitas
14 e relatórios do Residencial Nova Vida I, Nova Vida II, Residencial Vovó Alayde, Residencial
15 Casa da Vovó, Residencial América I, Residencial América II e Residencial Três Corações.
16 Informa que a Câmara de Fiscalização está bem reduzida, a conselheira Cristina Camargo
17 estava afastada, mas está retornando, a conselheira Flávia Yara também estava afastada
18 das visitas, mas também esta retomando. Informa que o Conselho recebeu uma denúncia da
19 conselheira Carmem Coton, proprietária do Residencial Vila Rica, a qual já foi encaminhada
20 para Promotoria. Também recebeu denúncia do PS Central sobre uma idosa que lá está
21 morando há mais de um ano esperando vaga para uma ILPI conveniada com a Prefeitura, e
22 mais dois idosos que também aguardam vaga há três meses, a qual será encaminhada para
23 Promotoria. Também foram enviados ofícios para três Residenciais novos que já estão
24 funcionando, porém sem ter encaminhado a documentação necessária para obter inscrição
25 neste Conselho conforme determina o art.48 parágrafo único do Estatuto do Idoso. São eles:
26 Residencial Plenytude, Residencial Recanto para Idosos Vovó Ernesto e Residencial
27 Aconchego dos Nonos. Informa, ainda, que a Casa de Repouso São José encerrou suas
28 atividades. Flávia Valentino questionou sobre o ofício entregue no Residencial Aconchego do
29 Nonos sobre a diferença na data do ofício e do AR (aviso de recebimento), pois a entidade
30 tem prazo de trinta dias para a entrega dos documentos. Maria Aparecida informa que será
31 considerada a data do AR. O vice-presidente Devanir informa sobre os encaminhamentos a
32 partir do encerramento da Casa de Repouso São José. Informa que tinham vinte pessoas
33 residindo no local e essas vagas eram da Secretaria de Assistência Social. Duas pessoas,
34 com doença mental, foram para o setor próprio do Hospital Guilherme Álvaro de forma
35 provisória e depois serão transferidas para uma Unidade no Guarujá. Maria Aparecida
36 solicita que os conselheiros da Câmara de Planejamento atualizem o livro ata. Ana Carolina
37 informa que as reuniões desta Câmara estão sendo realizadas junto com a da Câmara de
38 Legislação, mas é necessário atualizar o livro ata da Câmara de Planejamento. O vice-
39 presidente reforça que os livros atas de todas as Câmaras sejam atualizados, caso contrário,
40 fica difícil dar sequência ao trabalho pela Diretoria e Assembleia de atos não registrados. A
41 1ª secretária Maria Aparecida explica que é necessário até para confecção da pauta para

10

42 Assembleia e solicita ao conselheiro Paulo Machado que comunique ao coordenador da
43 Câmara de Legislação o conselheiro Edison, o qual justificou sua ausência. O vice presidente
44 orienta que mesmo que não tenha reunião por falta de quórum, registre-se no livro ata. A
45 colaboradora Luci pediu para informar sobre o decreto nº 6.053 que regulamentou a Lei nº
46 2.367 sobre o direito do idoso com acompanhante no serviço de saúde. O vice-presidente
47 explica que o idoso não é obrigado, mas tem direito ao acompanhamento. O vice-presidente
48 informa que existe um site do Conselho em construção e que a Secretaria de Comunicação e
49 Resultados pediu para alimentar com algumas informações. O conselheiro Paulo Henrique
50 relata que é um site de destinação para o Fundo Municipal do Idoso e que estará pronto até
51 final de novembro e começo de dezembro. O vice-presidente diz que todos podem divulgar.
52 A conselheira Flávia Valentino diz que enviou vídeo do Conselho Estadual explicando sobre
53 a destinação para o Fundo. **Item 3)** - Deliberação sobre o procedimento de utilização do
54 recurso financeiro do Fundo Municipal do Idoso: O vice-presidente informa que para a
55 utilização do Recurso é necessária uma Resolução Normativa que disponha sobre a
56 aplicação de recurso do FMI e após aprovado é necessário a elaboração de um edital para
57 que as entidades possam apresentar seus projetos. A 1ª secretária conselheira Maria
58 Aparecida trouxe como modelo o edital do CMDCA- Conselho Municipal da Criança e do
59 Adolescente e diz da importância dos conselheiros, a partir desse edital, trazerem sugestões
60 para que possamos elaborar um edital que corresponda a necessidade de atendimento do
61 idoso no município. A conselheira Ana Lucia informa que o Fundo Municipal da Criança e
62 Adolescente viabiliza Projetos até dois anos. O objetivo do patrocínio dos Projetos é que se
63 tornem políticas públicas.
64 A Assistente Social Andréia do PS Central sugere que sejam pensados em projetos que
65 possibilitem o aumento no número de vagas para idosos dependentes em ILPI conveniadas,
66 pois não há para onde encaminhá-los após internação no PS. Andréia relata que tem uma
67 idosa que está a um ano aguardando vaga em uma ILPI conveniada com a prefeitura. Ela
68 está inscrita no CREAS. E a informação que se tinha era a de que ela seria a próxima a ser
69 atendida na Casa São José. Mas agora com o fechamento da Casa, pergunta, como fica
70 essa idosa? A Assistente Social Izabel Cristina, também do PS Central, relata que há várias
71 situações de abandono do Idoso em Hospitais. Sabido é que não é o local mais adequado
72 para uma pessoa ficar. Há idosos que por não terem para onde ir, ficam no hospital e
73 começam a apresentar sinais de depressão. A 1ª secretária Maria Aparecida questiona se
74 essa situação foi encaminhada para a Promotoria do Idoso. As Assistentes Sociais do PS
75 Central dizem que não, pois são orientadas a relatar à Secretaria de Saúde que destinará
76 para as devidas providências. A 1ª secretária Maria Aparecida relata que a denúncia foi
77 recebida pelo CMI, e que será feita visita ao PS Central e o relatório será encaminhado para
78 Promotoria do Idoso. A conselheira Carmen fala sobre as vagas oferecidas pela Prefeitura
79 em Instituições, diz que o pagamento não é suficiente, por isso, são poucas instituições
80 conveniadas com a Prefeitura. O vice-presidente conclui que o município deve ter um
81 equipamento de acolhimento a situações dessa natureza nem que seja transitório para os
82 idosos nessa situação. A conselheira Carmem proprietária do Residencial Vila Rica relata

11

2

12

CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO

ORGÃO DE DEFESA DO IDOSO

83que está bastante difícil trabalhar atualmente nos Residenciais e informa que o COREN-
84Conselho Regional de Enfermagem exige quatro Enfermeiras e uma folguista e que isso
85onera em vinte e cinco mil reais a mais na folha de pagamento, sendo que em um hospital é
86um enfermeiro para duas alas, e fala que a Casa de Repouso não é Clínica. Propõe que
87essa discussão seja pautada neste conselho. Sugere que haja projetos que fortaleçam os
88laços em família, para que essa se responsabilize pelo seu idoso. Após vários argumentos e
89sugestões o coordenador de Política do Idoso, Paulo Henrique, sugere a elaboração de uma
90Campanha intitulada “Abandono do Idoso é Crime”. **Item 4)** Informe das Câmaras – Cristina
91da Câmara de Fiscalização esclarece que não basta a ILPI ter a documentação em ordem, a
92visita é determinante, pois ela traz o dado do tipo de atendimento que o idoso está
93recebendo. Informa, ainda, que se a ILPI não está recebeu o certificado é porque não
94cumpriu as orientações que foram feitas no momento da visita. **Item 5)** Assuntos Gerais –
95Paulo Henrique informa que a Coordenadoria está retomando o Grupo Técnico de discussão
96com as secretarias para buscar encaminhamentos de resolutividade para as políticas de
97atendimento ao Idoso no município. Informa ainda que será organizada uma reunião com a
98sociedade civil organizada com o objetivo de se fazer um diagnóstico que comporá a
99documentação para o selo São Paulo Amigo do Idoso. E também informa que está sendo
100pensado um Fórum com a temática do Envelhecimento e propõe, a partir da discussão desta
101assembleia, que seja iniciado com a discussão sobre o abandono do Idoso. A conselheira
102Cristina solicita informação sobre o encaminhamento da moção apresentada na Conferência
103sobre a implantação do cargo de Gerontólogo no município. Vice-presidente Devanir informa
104sobre o Decreto que saiu no mês de outubro sobre o serviço do Tele Vida. Nele está explícito
105a forma de acesso a esse serviço. Salaria que a porta de acesso para esse atendimento é
106uma Unidade Básica de Saúde, como também para qualquer tipo de atendimento na área da
107Saúde E sem mais Informes o vice-presidente Devanir Paz dá por encerrada a AGO e assina
108juntamente com a 2ª secretária Ana Carolina Kader esta ata.

109

110Devanir Paz
111Vice-Presidente

Ana Carolina Kader
2ª secretária